

Países credores forçam acordo com FMI

REALI JÚNIOR

Nosso correspondente

PARIS — Os governos dos países desenvolvidos e os bancos comerciais, principais credores dos países endividados, desenvolvem presentemente uma forte ofensiva, pressionando os devedores a aceitarem as condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional para o reescalonamento de suas importantes dívidas externas. Na última semana, pelo menos três exemplos tornaram evidente o endurecimento da posição dos credores, públicos ou privados. O primeiro deles diz respeito às reticências japonesas em relação às pretensões do Brasil expostas durante a missão do ministro do Planejamento, João Sayad; também banqueiros franceses, que deverão avisar-se com o ministro brasileiro amanhã em Paris, condicionarão qualquer crédito novo a um acerto prévio com o Clube de Paris.

Outro exemplo que caracteriza essa situação foi a ruptura das negociações entre os bancos comerciais e as autoridades filipinas para uma redefinição do esquema de pagamento de sua dívida externa, que alcança 26 bilhões de dólares. Isso ocorreu na véspera do início da visita da presidente Cory Aquino ao Japão, onde

ela esperava obter uma substancial ajuda econômica. Até agora, de 1,6 bilhão de dólares de créditos pretendidos, Cory Aquino só garantiu 250 milhões de dólares para a construção de uma central térmica.

O comitê de bancos que representa os 483 bancos comerciais envolvidos com a dívida filipina e que rompeu as negociações, apesar do sinal verde do FMI, não admite conceder as mesmas vantagens, taxas de juros privilegiadas, concedidas recentemente ao México. Eles não escondem que isso poderá abrir o caminho para outros países endividados, citando diretamente Brasil e Argentina, com quem deverão reiniciar negociações muito brevemente; o governo de Manilha exigia condições semelhantes para o reescalonamento de parte de sua dívida, um total de 3,6 bilhões de dólares. Deste montante, o principal credor, a exemplo do Brasil, é também o Citibank, que adotou uma posição ainda mais dura.

Em Paris, onde se encontra, o ministro João Sayad, explicou que a posição das Filipinas é muito diferente da do Brasil, pois, ao contrário do que ocorre atualmente em Manilha, o governo de Brasília tem honrado seus compromissos e não está ne-

cessitando de dinheiro novo, mas apenas pretende voltar normalmente ao mercado financeiro internacional, o que não deixa de ser uma reivindicação legítima, pois tem cumprido seus compromissos externos, pagando cerca de um bilhão de dólares mensais referentes ao serviço de sua dívida externa, uma transferência de recursos superior a 40 bilhões de dólares de 1982 até agora.

O terceiro exemplo, talvez o mais característico de todos, é o relacionado com a queda do governo egípcio, domingo último, quando o presidente Hosni Mubarak aceitou a demissão de seu primeiro-ministro, Ali Loufti.

Até junho último, o primeiro-ministro demissionário mantinha-se imperturbável, até que o comissário europeu, Claude Cheysson, passou pelo Egito e recomendou ao presidente Mubarak um rápido acordo com o FMI, aceitando suas condições de austeridade a que o governo egípcio vinha resistindo. O próprio Mubarak esteve em visita a vários países europeus e ouviu um discurso parecido. A partir de agosto, o Egito começou a aceitar algumas condições impostas pelo Fundo, tornando o governo de Ali Loufti ainda mais impopular, mas permitindo que as negociações com o FMI evoluíssem

favoravelmente. No momento em que se anuncia a queda do primeiro-ministro Loufti e sua substituição por Atef Sedki, um economista partidário do liberalismo econômico, o jornal *Al Akhbar*, do Cairo, anuncia que ainda este mês o Egito vai assinar um acordo com o FMI.

PERFIL DE FUNARO

Ao mesmo tempo em que se desenvolvem todas essas articulações no âmbito internacional, o nome do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, tem sido destacado pela imprensa francesa. Ontem, o matutino *Liberation*, publicou um perfil do principal renegociador da dívida brasileira. O jornal cita sua declaração de domingo passado, no Rio de Janeiro, segundo a qual o Brasil vai concluir até o final do ano um acordo com seus credores, voltando ao mercado financeiro internacional, do qual está afastado há quatro anos. O jornal comenta a política do atual ministro da Fazenda que, ao contrário de seu antecessor, Francisco Dornelles, tem resistido às exigências do Fundo Monetário Internacional de aplicação de um programa de austeridade econômica. O articulista lembra que o Brasil leva a vantagem de não precisar de dinheiro novo, o que tem facilitado sua disputa de braço-de-ferro com o FMI.